

## AC. EM CÂMARA

### (04) APROVAÇÃO DO INVESTIMENTO A FINANCIAR POR EMPRÉSTIMO MÉDIO E LONGO

**PRAZO** - Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-

“PROPOSTA –APROVAÇÃO DO INVESTIMENTO A FINANCIAR POR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - VALOR: € 14.000.000,00 - PRAZO DE VENCIMENTO: 15 ANOS - PRAZO UTILIZAÇÃO CAPITAL: 3 ANOS - O Município de Viana do Castelo pretende realizar nos próximos anos de 2024, 2025 e 2026 grandes investimentos nas áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Económico e Comunicações e Transportes, nomeadamente: - “**Nova Via Acesso Área Empresarial Vale do Neiva**”, projeto de grande relevância Concelhia, com resultados significativos na melhoria das acessibilidades entre as Zonas Industriais. Esta nova via vai permitir, ainda, melhorar a acessibilidade à A28, potenciando as importações e exportações das unidades industriais instaladas ou em fase de instalação na região do Vale do Neiva; - “**Centro Cuidados de Saúde Alvarães/USF**”, este equipamento garante a melhoria do acesso aos serviços de saúde e o aumento da capacidade de resposta da prestação de cuidados de saúde; - “**Creche Deocriste**”, este equipamento vai contribuir para o aumento de capacidades sociais e para o desenvolvimento de novas respostas sociais com vista a responder às necessidades territoriais diagnosticadas; - “**Construção de Mercado Municipal**” irá contribuir para a melhoria da rentabilidade dos negócios lá instalados e para a dinamização da ARU e espaços envolventes. Pretende-se, também, que o novo mercado potencie a comercialização de produtos agroalimentares frescos, priorizando os produtos de base local. Este novo mercado criará as condições necessárias para atrair mais clientes consumidores e clientes profissionais.

Apresenta-se quadro resumo do investimento a financiar pelo empréstimo:

OBRAS	Valor do Investimento	Fontes Financiamento			
		PRR	Empréstimo	Orçamento Municipal	Total
<b>Nova Via Acesso Área Empresarial Vale do Neiva</b>	12.860.272,64 €	10.383.985,74 €	2.000.000,00 €	476.286,90 €	12.860.272,64 €
Obra	9.327.011,96 €				
Terrenos	3.533.260,68 €				
<b>Centro Cuidados de Saúde Alvarães/USF</b>	3.172.488,84 €	1.600.000,00 €	1.000.000,00 €	572.488,84 €	3.172.488,84 €
<b>Construção de Mercado Municipal</b>	10.900.000,00 €		10.000.000,00 €	900.000,00 €	10.900.000,00 €
<b>Creche Deocriste</b>	1.592.650,00 €	162.540,00 €	1.000.000,00 €	430.110,00 €	1.592.650,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>28.525.411,48 €</b>	<b>12.146.525,74 €</b>	<b>14.000.000,00 €</b>	<b>2.378.885,74 €</b>	<b>28.525.411,48 €</b>

Atendendo que, o valor do investimento a financiar pelo empréstimo é superior a 10% do valor do investimento previsto no orçamento, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013 de 03/09 (LFL), independentemente de o investimento estar previsto no Plano Plurianual de Investimento, têm que ser submetidos a discussão e aprovação da Assembleia Municipal (quadro resumo em anexo). Em face do exposto, proponho que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos investimentos constantes na proposta de deliberação, a financiar, em parte, por um empréstimo de médio e longo prazo a contrair até ao valor de € 14.000.000,00 com prazo de vencimento de 15 anos e período de utilização do capital de três anos. (a) Luís Nobre.” O Vereador

Paulo Vale disse concordar com o tipo de investimento proposto, solicitando contudo algumas explicações sobre a obra de acesso à área empresarial do Vale do Neiva. Gostaria de ter um mapa do serviço da dívida. Também relativamente ao centro de saúde de Alvarães, pediu esclarecimentos. Relativamente a construção do mercado municipal referiu que o mesmo não deveria ter custos para o município, o que parece não ser verdade. O Vereador Eduardo Teixeira disse concordar com alguns investimentos, mas discorda que o pagamento seja repartido durante tanto tempo. Relativamente ao mercado municipal entende que caiu o mito, não estando asseguradas as verbas para o financiamento. Pretende saber das contas da VianaPolis e a verba assumida pela CMVC por conta do seu passivo. Acrescentou que não está contra os investimentos mas apenas relativamente ao planeamento financeiro. O Presidente da Câmara esclareceu que a VianaPolis foi o melhor plano de desenvolvimento de Viana do Castelo. Foi um plano complexo, com alguns atrasos na implementação devido a decisões judiciais. O contexto foi mudando, assim como a legislação e os instrumentos de financiamento comunitário. Estamos obrigados a construir o mercado. Existe uma DUP que obriga à sua construção e tem que ser iniciada o mais rápido possível. Temos outros investimentos para fazer e para os quais podemos direcionar o financiamento comunitário. Este empréstimo revela a solidez financeira das contas do município. Obviamente fará chegar a ata da Assembleia de Acionistas de dissolução da Sociedade VianaPolis, conforme o pedido do vereador Eduardo Teixeira. Relativamente à questão do compromisso que está a propor empréstimo para o investimento, estamos a criar condições para que a sustentabilidade financeira do município não seja beliscada. Caminhamos para o último ano de mandato, e só agora estamos a propor o primeiro empréstimo. Foi amplamente amplificado pelo governo que todas as obras/ações do PPR eram financiadas na totalidade. O Programa de Recuperação e Resiliência começou por ser um conjunto de ações estratégicas de desenvolvimento do País (mapeamento em diversos domínios), mas para as quais foi necessário desenvolver programas base, projetos, projetos de execução e, finalmente, estabelecer os valores base para lançamento de obras/empreitadas. Em consequência, os valores iniciais estimados, sofreram um ajustamento superior, reforço negociado e garantido pelo governo junto da UE. Contudo, e num momento mais avançado, recebemos a informação sobre os valores associados às expropriações, que subiram mais de 50%, os quais já não foram incluídos no reforço de financiamento por falta de oportunidade temporal. Aproveitamos com inteligência os meios financeiros

disponibilizados pelo PRR, cerca de 80 milhões de euros, o que deve ser reconhecido. O Vereador Paulo Vale disse aceitar como boas as justificações apresentadas pelo Presidente da Câmara e relativamente ao novo mercado sugeriu que se equacione a afetação do espaço, atento o tempo que medeia entre a afetação inicial e a atualidade. Acrescentou que não se sente mandatado para hipotecar os mandatos futuros, pelo que irá votar contra. O Vereador José Ramos disse que face as explicações dados pelo Presidente da Câmara a CDU irá votar a favor. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e submeter a mesma a aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego, Fabíola Oliveira e José Ramos e os votos contra dos Vereadores Ilda Araújo Novo, Eduardo Teixeira e Paulo Vale. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto – **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - A proposta pretende a aprovação de investimentos vários: a nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva, o Centro de Saúde de Alvarães, a Creche de Deocriste e ao Mercado Municipal. O seu financiamento pressupõe a concessão de autorização para o Município contrair um empréstimo de médio e longo prazo: são 14 milhões de euros por um período de 15 anos. Segundo o quadro resumo, o valor total do investimento ascende a 28.525.411,48 euros. Apesar dos anúncios que deram cobertura a alguns dos previstos investimentos terem propalado que seriam financiados a 100% e não trariam encargos para o Município, verifica-se que o PRR suportará apenas 12.146.525,74 euros. Não contando com a construção do Mercado Municipal, estimada em 10.900.000,00 euros, se se subtrair o valor coberto pelo PRR nos restantes investimentos, temos que os encargos a assumir pelo Município serão de 6.378.885,74 euros, sendo 2.378.885,74 euros suportados pelo orçamento municipal. Não estamos sequer a considerar os encargos inerentes ao pagamento do valor do empréstimo, que não se cingirá ao capital inicial, haverá juros e spread a incluir, como sabemos. É um compromisso muito sério. No entendimento do CDS, não nos parece de todo o correcto pôr em causa a solvabilidade do município e o cumprimento dos compromissos com instituições, entidades e munícipes, demais a mais quando se fala em medidas do governo central que originarão uma diminuição mais ou menos significativa das receitas municipais, como as que se referem e decorrem do IMT. Por outro lado, o avultado empréstimo que está em vista ultrapassa o mandato em muito para que fomos eleitos, que termina no próximo ano, 2025. No que respeita à Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva – obra desnecessária, quase voluptuária, com a qual o CDS não concorda, como abundantemente explicou nos últimos tempos -, as expropriações, só por si, impõem um encargo de 3.533,260,68 euros, a que se somam 9.327.011,96 euros, o preço da obra. O PRR apenas suportará 80,74%, ou seja, 10.383.985,74 euros. Se adicionarmos a estes valores o valor do IVA - que, até à data, é notícia que será encargo do Município -, e os eventuais mas inevitáveis trabalhos a mais e/ou revisão de preços, não nos parece, de modo algum, que seja animadora a perspectiva que de tudo resulta para as contas do Município. Isto dando de barato, mas sem qualquer

renúncia, os prejuízos que o traçado da Via vai impôr à reserva ecológica, à paisagem e ao meio ambiente, à concessão mineira existente, a inúmeros terrenos urbanizáveis e com capacidade edificativa, sem esquecer a impermeabilização definitiva de espaços rurais e agrícolas e a demolição de 4 habitações. Já a Creche de Deocriste e o Centro de Saúde de Alvarães justificariam, no nosso entendimento, um financiamento para o correspondente investimento, dado o patente benefício de que a população do Concelho virá a beneficiar, pese embora o valor elevadíssimo de quase 5 milhões de euros (4.765.138,84 euros) e as alcavalas inerentes já referidas atrás. Quanto à construção do mercado Municipal, necessária em virtude de sucessivas más decisões – o CDS nunca concordou com a expropriação e consequente demolição do Edifício Jardim, tendo advogado, a seu tempo, a requalificação e modernização do antigo mercado –, recorde que, em Maio de ano passado, a propósito da proposta de abertura do procedimento para concurso público internacional, o senhor Presidente afirmou que, e passo a citar: - “O mercado vai ser construído quando o Município tiver assegurado financiamento do Portugal 2030”; - “Face ao custo da operação e ao volume de investimento, o Município tem de apresentar o projeto aos fundos comunitários (...), tem de esperar até abrirem as candidaturas aos fundos comunitários” (...) - “O atual quadro comunitário já fechou. Há o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que não é para este tipo de acções”. Inexistia então, como inexistente agora, quadro comunitário que incluía a obra de construção do Mercado Municipal, não havendo ainda notícia de abertura de um qualquer outro que a preveja. Lembrámo-nos, na altura, que o montante global envolvido, de mais de 10 milhões de euros, impunha, devia impôr muita precaução, até nos procedimentos preparatórios. O CDS entendia e defendeu, por prudência e bom senso, não estarem de forma alguma reunidas as condições exigíveis para o lançamento do procedimento de concurso público internacional da obra de construção do Mercado Municipal. Votamos contra a proposta, pois desde logo se antecipava a carência das verbas necessárias, nomeadamente decorrente da inexistência de candidaturas a programas de financiamento. Tínhamos razão, infelizmente. A Câmara pretende agora endividar-se para o construir. São 10.000.000,00 euros de endividamento a longo prazo, mais as alcavalas inerentes, sem esquecer a necessidade de usar 900 mil euros das receitas municipais. Concluindo: não se nos afigura correcto e muito menos sensato colocar em risco a estabilidade e solvabilidade do Município e, eventualmente, o regular cumprimento dos compromissos assumidos com as instituições, os municípios do Concelho e outras entidades. Também não nos parece razoável e justificado que se contraia um avultado empréstimo para financiar investimentos – alguns discutíveis e dispensáveis e com que não concordamos –, e se onere pesadamente o Município por muitos anos para além do mandato para que fomos eleitos. São razões bastantes para o CDS votar contra. (a) Ilda Araújo Novo.” **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - Na sequência da reunião de onze de junho de 2024 da Câmara Municipal de Viana do Castelo e relativamente ao Ponto Nº 4 da Ordem de Trabalhos – Aprovação do Investimento a Financiar por Empréstimo Médio Longo Prazo, no que se refere à votação do Vereador do PSD e considerando que:** ▲ O conjunto de investimentos apresentados para a justificação deste empréstimo de médio longo prazo, engloba vários projetos financiados no âmbito do PRR que, segundo a informação prestada aquando da aprovação das candidaturas pelo Senhor Presidente da Câmara, estes projetos estariam financiados a 100%, ou seja, sem o esforço

financeiro do Município e dos Vianenses. ▲ A justificação agora apresentada pelo Senhor Presidente, contraria o que sempre foi a fundamentação para a sustentabilidade dos projetos apresentados, nomeadamente quanto forma de financiamento, tendo até sido considerado pelo Senhor Presidente como uma “irresponsabilidade” caso não fosse aproveitada esta fonte de financiamento a 100%, neste caso do PRR. ▲ Até poderão ser aceitáveis as explicações apresentadas para alguns dos investimentos, na medida em que estes projetos arrastam sempre situações imponderáveis, nomeadamente quanto ao projeto da nova via de acesso à área empresarial do Vale do Neiva, onde a justificação se prende com o valor das expropriações dos terrenos, ou até quanto ao projeto do Centro de Saúde de Alvarães onde a construção das infraestruturas e acessibilidades não estavam previstas no projeto que foi submetido a candidatura do PRR. Relativamente ao projeto da construção da Creche em Deocriste, parece-me manifestamente insuficiente o valor atribuído no âmbito do PRR, sendo este um projeto importante e urgente fica assim justificada a utilização do orçamento municipal para garantir a sua conclusão. ▲ Quanto à construção do Mercado Municipal, onde agora se verifica que o financiamento será na sua totalidade do Orçamento Municipal, contraria toda a fundamentação e dialética utilizada para justificar a demolição de um prédio de habitação por questões “estéticas” de ordem urbanística e onde sempre foi garantido aos Vianenses que a demolição e construção do novo mercado seria financiado com fundos estruturais europeus e que não se poderia perder essa oportunidade. ▲ Que o início e desenvolvimento quatro projetos apresentados, vai ocorrer em momentos diferentes e com desfasamentos temporais significativos, inclusivamente o Senhor Presidente da Camara referiu que *«não teremos uma utilização significativa deste empréstimo até ao final deste mandato»*, o que implica uma degradação das condições do financiamento, quer em questões de preço quer em questões de prazo de amortização do mesmo. Seria mais avisado efetuar um empréstimo para cada projeto de forma a adequar a sua utilização de capital ao desenvolvimento individual de cada projeto, claramente com efeitos positivos no desenvolvimento do serviço da dívida, pelo que não se justifica a contratação de um financiamento bancário para o conjunto dos quatro projetos. ▲ Tratando-se de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, neste caso pelo prazo de 15 anos, esta será uma decisão que irá impactar a futura gestão financeira do Município, ou seja, este empréstimo irá condicionar as receitas futuras do Município nos próximos quatro mandatos autárquicos. Face ao exposto e dado que ainda não estão totalmente definidos os prazos para o desenvolvimento dos projetos, parece-me prematura e desadequada a forma de financiamento encontrada, seria mais avisado o financiamento dos projetos de forma individual e enquadrar a amortização dívida em função das necessidades, evitando que o financiamento para o conjunto dos quatro projetos venha a hipotecar as receitas futuras do município, pelo que fica assim justificado o voto contra do Vereador do PSD. (a) Paulo Vale”.

**11 de Junho de 2024**